

Registo de descrição

Data relatório
2024-04-29

RegistoPT/PR/AHPR/CC/CC0102/5849 - Assessoria Jurídica - Notas

Nível de descrição	DC
Código de referência	PT/PR/AHPR/CC/CC0102/5849
Tipo de título	Formal
Título	Assessoria Jurídica - Notas
Datas de produção	1996-03-27 - 2001-11-05
Dimensão e suporte	4 maços numa caixa
Entidade detentora	Presidência da República
Âmbito e conteúdo	Recolha (copiador) de notas, memorandos, tópicos ou propostas de texto para declarações, comunicados ou discursos presidenciais, e comentários da autoria de Assessor/Consultor da área jurídica (Jorge Novais), elementos informativos de apreciação de diplomas (Governo e AR), sobre eventual inconstitucionalidade ou sua promulgação de diplomas e outros aspetos relacionados com o papel político e competências do PR no âmbito do processo legislativo; estatísticas de promulgações e outros: 1996 Procedimentos internos de entrada e saída e circulação interna de diplomas na Casa Civil; temas de relevância tratados na Assessoria Jurídica (ponto de situação em novembro de 1996); Ministro da República; Jornadas Constitucionais; "Da constitucionalidade do referendo sobre a regionalização"; propostas para superação do bloqueio dos processos de regionalização e de revisão constitucional; revisão da Constituição; Marcação de eleições legislativas regionais e audição dos órgãos dos governos regionais para o efeito; constituição da CPLP; estatuto orgânico de Macau; Lei da redução do horário de trabalho; procedimento para o impedimento temporário do Presidente da República; mensagem do PR à Assembleia da República por ocasião da promulgação de decreto sobre flexibilidade de horários e polivalência de funções; decretos presidenciais nos primeiros 6 meses de atividade presidencial; Decreto sobre criação de vagas adicionais no acesso ao ensino superior - apreciação de constitucionalidade; questão dos abonos dos chefes das Casas Civil e Militar do PR; o "papel" do Presidente da República (notas críticas e reflexões); "Os poderes do Presidente da República no domínio do Referendo"; despenalização do aborto e intervenção do PR; seminário "Viver com a Droga (organizado pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público); pedido de bolsa de estudo formulado por recluso no EPL; gratuidade do fornecimento de fatura detalhada ao consumidor (serviço público de telefone); questão de 3 projetos de diplomas do Governo sem autorização legislativa prévia; alteração do Código das Sociedades Comerciais; criação da EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa; projeto de Decreto-Lei que "cria um regime excecional de contratação pública para adjudicação de trabalhos motivados pelo incêndio nos Paços do Concelho de Lisboa, em 7 de novembro de 1996". Respetivo índice. 1997 Projeto de diploma que "regula a instalação e funcionamento dos recintos com diversões aquáticas", retirando competências às Câmaras (Parques aquáticos - reg.462/97); proposta de diploma reg. nº 35/97 sobre autonomia das universidades e sobre politécnicos; Regiões Autónomas (competências); Regime das Federações Desportivas; leis orgânicas de várias Direções Regionais de Agricultura (reg. 531 a 535 e 538/96); projetos de diplomas do Ministério da Agricultura que criam ou reestruturam serviços (reg. 500; 504 a 507/96; 509/96; 512 a 517/96; 529/96); simultaneidade dos Referendos; apreciação preventiva de constitucionalidade de diploma sobre tratamento informático de dados pessoais referentes a doentes oncológicos; designação de titulares de órgãos exteriores à Assembleia da República; Convenção Europeia dos Direitos do Homem e Portugal; alteração ao regime jurídico das prestações familiares; retificação da Lei orgânica do Ministério da Solidariedade e Segurança Social; alteração à lei da Nacionalidade (caso pessoal de cidadã nascida na Bélgica que ficando viúva de cidadão português ficou, por isso, sem a nacionalidade portuguesa); lei orgânica do Instituto Nacional do Desporto; eleições para os órgãos representativos das autarquias locais; autorização de funcionamento de cursos e reconhecimento de graus ou diplomas do ensino particular e cooperativo (reg. nº 151/97); diploma sobre defensor do contribuinte; "O Presidente da República e Timor-Leste"; "Os referendos e a posição do Presidente da República"; nomeação e posse dos Ministros da República para as Regiões Autónomas; mensagem do PR para a revista e para o encontro da ELSA - European Law Student Association; a questão da inconstitucionalidade da Lei de alteração dos limites geográficos das regiões administrativas; intervenção no colóquio "Direito à vida privada e liberdade" (25 de novembro de 1997); Ministro da República e questões de protocolo; proposta de texto da nota de abertura para o nº inaugural da Revista Luso-Africana de Direito. 1998 Indultos; substituição do Primeiro Ministro no Conselho de Estado; promulgação de diplomas (números em 03.02.1998); poderes de audição do Ministro da Justiça (lei orgânica do Governo); calendário para

convocação de referendo (prazos); "Os perigos de uma gestão «soft» do pedido de fiscalização da lei orgânica do Referendo"; comentários sobre o ante-projeto da lei orgânica da SGPR; "O Presidente da República como garante da credibilidade do Estado" - tópicos para uma intervenção; 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem (Univ.Católica, 8 de maio); lei de regularização da situação dos Técnicos Oficiais de Contas; calendário eleitoral; lei sobre identificação e formulário dos diplomas/ Lei formulário; promulgação de diplomas do Governo - ponto de situação e questões levantadas e nota manuscrita do PR Jorge Sampaio de 21.06.1998; Projeto de Decreto-lei que cria a carreira de inspeção geral da Inspeção-Geral das Forças Armadas; Projeto de Decreto-Lei que procede à reestruturação da Inspeção-Geral das Finanças; Associações, Fundações e Institutos Públicos - suas vantagens e desvantagens; exposições de militares (deficientes das F.A.) para a Casa Militar; retificação de decreto-lei sobre apoios aos despachantes oficiais e outros; revisão do Estatuto dos Açores; constitucionalidade das propostas de alteração da lei de defesa nacional em matéria de restrições aos direitos dos militares; a eventual crise política nos Açores e atuação do PR - Ministro da República; tópicos para discurso no Ateneu Comercial do Porto (03.10.1997); nota preparada para reunião do CSDN - poderes do PR ao nível de intervenções militares internacionais; discurso 3º Congresso do Conselho Português para os Refugiados (02.12.1998); Decreto da AR sobre Tribunais Judiciais.

1999

Deslocações oficiais do PR e consentimento da AR; Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu; fim de legislatura e marcação de data de eleições para deputados à AR; relação de diplomas para apreciação na PR e que levantam dúvidas quanto a negociação coletiva e outros; dúvidas quanto à competência do Governo e AR de aprovação de convenções internacionais; papel do PR e as Forças Armadas; ato médico; processo de nomeação de novo Governo; consequências do empate na distribuição de mandatos na AR; razões da promulgação da lei sobre empresas multimunicipais; devolução de diplomas do XIII Governo Constitucional.

2000

Gás Natural; TAP (diploma de alteração - reprivatização indireta e reestruturação da empresa); marcação e calendário de eleições presidenciais; hipótese de resposta aos sindicatos da Função Pública; Lei Eleitoral para a Assembleia Regional da Madeira; marcação de eleições legislativas regionais; decreto que cria a "Portugal Global SGPS, SA"; contradições entre lei e decreto do Governo (medicamentos genéricos e comparticipação de medicamentos); esclarecimentos relativamente à questão do referendo (descriminalização das drogas) após comentários na Comunicação Social.

2001

Projeto de Decreto-Lei - Estatutos do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça; Promulgação da Lei da Droga (Nota à Imprensa); Lei da Liberdade Religiosa; Eleições autárquicas 2001; Exposição dos Juizes Conselheiros do STJ (disparidades estatutárias com o T.Constitucional); ordem de precedências do protocolo de Estado/ Secretário Geral PR e PCM; Lei de Programação Militar; Lei orgânica da Polícia Judiciária; Tópicos para intervenção no Tribunal Constitucional; veto político de decretos da AR; competência dos Governos de Gestão; dissolução da Assembleia; marcação de eleições [legislativas antecipadas]

2002

Calendário pós-eleições/ publicação resultados eleitorais; aprovação de diplomas das Regiões Autónomas; referendo sobre IVG (1998); diplomas do Governo de Gestão a aguardar promulgação/ estatísticas de promulgações; recolha de legislação sobre o Dia de Portugal; ordem de precedências do Protocolo de Estado; eventuais alterações constitucionais referentes às Regiões Autónomas (tópicos)

2003

Considerações diversas sobre a situação política nacional, aspetos da governação, e a ação do PR (janeiro de 2003); Projeto de decreto-lei que cria a Rede de Cuidados de Saúde Primários; Lei orgânica do Ministério da Economia; Adiamento da fase final do I Congresso da Justiça; Considerações diversas sobre a situação política nacional, aspetos da governação e a ação do PR e ponto de situação relativa a promulgação de diplomas (agosto-setembro 2003); Decreto-lei que altera o decreto-lei nº 393-A/99, de 2 de outubro, que regula os regimes especiais de acesso e ingresso no Ensino Superior; Aspetos relacionados com a lei do Referendo.

2004

Autorização da ausência do Presidente da República do território nacional - evolução histórica; XV Governo Constitucional (posse a 6 de abril de 2002) e XII Legislatura - Diplomas promulgados e que suscitaram dúvidas e tomadas de posição pelo PR; Eleição dos deputados de Portugal ao Parlamento Europeu (questões de calendário); Tópicos para os preâmbulos dos diplomas das Marinas de Vilamoura e de Albufeira (concessões); nomeação do 2º Comandante do Joint Headquarters Lisbon (segundo a Lei da Defesa Nacional); Florestas - prevenção de incêndios de verão 2004 (legislação já promulgada e em preparação); Decreto de ratificação da Concordata da RP com a Santa Sé; Marcação de eleições dos deputados à Assembleia da República (em caso de dissolução); Eleições Autárquicas - hipóteses de calendário; Eleições Presidenciais - hipóteses de calendário; Diploma que transforma o IEP - Instituto de Estradas de Portugal em EP - Estradas de Portugal, EPE.

2005

Movimento diplomático (propostas de nomeação e exoneração); situação de Ruy Fernando Carmo Ribeiro (Cônsul de Portugal em Huelva); Estatísticas do processo legislativo desde 9 de março de 1996 - ponto de situação em 10/11/2005; Reforma no âmbito da Administração Pública.

Sistema de organização

Nome comum

Cota atual

Cronológico

Chefe de Estado, Controlo de constitucionalidade, Eleição, Governo, Parecer, Poder político, Processo legislativo, Promulgação da lei

CC.5849

Cota depósito	5849
Cota antiga	4872; 7397 (AI)